



O HOSPITAL REAL  
DE TODOS-OS-SANTOS:  
LISBOA E A SAÚDE

 LISBOA  
CÂMARA MUNICIPAL

SANTA CASA  
Misericórdia de Lisboa

omnium  
sanctorum

# ficha técnica

# omnium sanctorum

**Projeto Hospital Real de Todos-os-Santos:  
Lisboa e a saúde**

## **Câmara Municipal de Lisboa**

### **Pelouro da Cultura**

João Diogo Santos Moura

### **Direção Municipal de Cultura**

Manuel Veiga

### **Departamento de Património Cultural**

Jorge Ramos de Carvalho

## **Universidade Nova de Lisboa**

### **Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

Francisco Caramelo

### **CHAM – Centro de Humanidades**

João Paulo Oliveira e Costa | Cristina Brito

### **Coordenação geral**

Jorge Ramos de Carvalho

### **Gestão do Projeto**

Ana Isabel Ribeiro

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

### **Coordenação científica**

André Teixeira

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

## **Parceiros**

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Assembleia da República

Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central

Metropolitano de Lisboa

Museu da Farmácia

Museu da Saúde

Museu de Marinha

Museu Nacional de História Natural e da Ciência

Patriarcado de Lisboa

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

## **Agradecimentos**

Adelaide Brochado, CML/DMC/DPC/AML

André Bargão, bolseiro Projeto HRTS

Camila Amaral, bolseira Projeto HRTS

Filipa Pimenta, CML/DMC/DPC/CAL

Lina Maria M. Oliveira, bolseira Projeto Hospitalis

Maria Teresa Avelino Pires, NOVA FCSH/CHAM

Moisés Campos, CML/DMC/DPC/CAL

Rita Mégre, CML/DMC/DPC

Rui Henriques, bolseiro Projeto HRTS

Sandra Cunha Pires, CML/DMC/DPC/AML

Sara Ferreira, bolseira Projeto HRTS

Arquivo Municipal de Lisboa

Centro de Arqueologia de Lisboa

Museu de Lisboa - EGEAC E.E.M.

Projeto “HOSPITALIS - Arquitetura hospitalar em Portugal  
nos alvares da Modernidade: identificação, caracterização  
e contextualização” (PTDC/ART-HIS/30808/2017)

VICARTE- NOVA FCT

## Livro

### Título

O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde

### Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura  
Direção Municipal de Cultura  
Departamento de Património Cultural

### Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Direção de Cultura  
Arquivo Histórico

### Coordenação institucional

Jorge Ramos de Carvalho

### Coordenação científica

Edite Martins Alberto  
Rodrigo Banha da Silva  
André Teixeira

### Coordenação editorial

Edite Martins Alberto

### Apoio editorial

Ana Isabel Ribeiro

### Autores

Adélia Caldas  
Adelino Cardoso  
Alexandre Pais  
Ana Cristina Leite  
Ana Maria Costa  
Ana Patrícia Alho  
André Bargão  
André Teixeira  
António Costa Canas  
António Pacheco  
Bruno Barreiros  
Carla Alferes Pinto  
Carlos Boavida  
Cristina Moisés  
David Felismino  
Edite Martins Alberto  
Fátima Palmeiro  
Filipe Santos Oliveira  
Florabela Veiga Frade  
Francisca Alves Cardoso  
Francisco d'Orey Manoel  
Helder Carita  
Helena Rebelo-de-Andrade  
Helena Taborda  
Hélia Silva  
Inês Coutinho  
Inês Oliveira  
Inês Ornellas e Castro  
Isabel dos Guimarães Sá  
Isabel Monteiro  
Joana Balsa de Pinho  
João de Figueirôa-Rêgo  
Joaquim Barradas  
Jorge Fonseca  
José Subtil  
Júlio Martín Fonseca

Laurinda Abreu  
Lina Maria M. Oliveira  
Luís Costa e Sousa  
Luís Lisboa Santos  
Luís Ribeiro Gonçalves  
Luiz Damas Mora  
Lurdes Esteves  
Maria Antónia Lopes  
Maria da Conceição Freitas  
Maria João Ferreira  
Maria João Pereira Coutinho  
Maria Marta Lobo de Araújo  
Maria Teresa Avelino Pires  
Mário Farelo  
Milene Alves  
Mónica Duarte Almeida  
Nelson Moreira Antão  
Nuno Falcão  
Paula Basso  
Paula Serafim  
Paulo Catarino Lopes  
Paulo Pereira  
Rita Luís Sampaio da Nóvoa  
Rita Mégre  
Rodrigo Banha da Silva  
Rute Ramos  
Sara da Cruz Ferreira  
Sílvia Casimiro  
Silvina Pereira  
Tiago Borges Lourenço  
Vitor Serrão

### Design gráfico

Formiga Luminosa, Construtora de imagem

### Créditos fotográficos e digitalização

José Vicente, CML/DMC/DPC  
e Arquivo Municipal de Lisboa  
Biblioteca da Ajuda  
Biblioteca Nacional de Portugal  
British Library  
Câmara Municipal de Lisboa - Lisboa Interativa  
Direção de Infraestruturas, Gabinete de Estudos  
Arqueológicos da Engenharia Militar  
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas  
- Arquivo Nacional Torre do Tombo  
Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte  
Leiden University Libraries  
Museu Condes de Castro Guimarães  
Museu de Lisboa  
Museu Nacional do Azulejo  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

### Impressão e acabamento

Rainho & Neves; Lda.

**Tiragem** 1000 exemplares

ISBN 978-972-8543-57-0

**Depósito legal** 488809/21

**Lisboa, 2020**

© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico, sem o prévio conhecimento e autorização da Câmara Municipal de Lisboa e dos respetivos autores.

# Índice

## APRESENTAÇÃO

- 15 **Câmara Municipal de Lisboa** | Vereador da Cultura João Diogo Santos Moura
- 17 **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** | Provedor Edmundo Martinho
- 19 **NOVA FCSH** | Diretor Francisco Caramelo

## INTRODUÇÃO

- 23 | André Teixeira / Edite Martins Alberto / Rodrigo Banha da Silva

---

## UMA ARQUEOLOGIA DO LUGAR

- 39 **O lugar antes da ocupação humana**  
| Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas
- 45 **De “casal” na transição do II-I milénio a.C. a arrabalde muçulmano da cidade de Lisboa**  
| Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 55 **As *hortas* do Convento de São Domingos**  
| Rodrigo Banha da Silva / Filipe Santos Oliveira
- 61 **A Lisboa Manuelina**  
| Helder Carita

## O MAIOR EDIFÍCIO DE LISBOA MODERNA

- 73 **A arquitetura do edifício: antecedentes, comparações e paralelos**  
| Paulo Pereira
- 123 **A representação iconográfica do Hospital Real**  
| Ana Cristina Leite
- 143 **Fernão Gomes e o projeto para a pintura do tecto da nave da igreja do Hospital Real**  
| Vítor Serrão
- 151 **Dos incêndios de 1601 e 1750: descrição, danos, salvados, meios e intervenientes, medidas complementares**  
| Mónica Duarte de Almeida
- 161 **O abastecimento de água ao Hospital Real e saneamento na cidade de Lisboa**  
| Ana Patrícia Alho
- 167 **O Terramoto de 1755 e as intervenções de recuperação**  
| Adélia Caldas
- 173 **Do Rossio para o Colégio de Santo Antão-o-Novo**  
| Maria João Pereira Coutinho
- 181 **Os *berdeiros* do Hospital Real: espaços da história da saúde em Lisboa após 1775**  
| Carlos Boavida / Fátima Palmeiro / Luiz Damas Mora

## DE HOSPITAL A PRAÇA PÚBLICA

- 187 **As duas últimas décadas do Hospital no Rossio (1750-1775). Acomodar, proteger e assistir os enfermos das injúrias do tempo**  
| David Felismino / Inês Oliveira / Helena Rebelo-de-Andrade
- 199 **A génese de um novo espaço urbano: a Praça da Figueira**  
| Hélia Silva / Tiago Borges Lourenço
- 209 **O Metropolitano de Lisboa e a redescoberta do Hospital Real**  
| Helena Taborda



## REFORMA E REORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

- 221 Antecedentes e componentes da reforma da assistência em Portugal nos alvares da modernidade**  
| Joana Balsa de Pinho
- 239 Portugal e a Europa: as dimensões da reforma da assistência (séculos XIV-XVI)**  
| Joana Balsa de Pinho
- 255 Pobreza e a assistência em Portugal na Época Moderna**  
| Maria Antónia Lopes
- 261 A rede assistencial em Lisboa antes do Hospital Real de Todos-os-Santos**  
| Mário Farelo
- 281 Um novo modelo de organização hospitalar na modernidade de Quinhentos**  
| José Subtil
- 291 Hospitais centrais quinhentista em Portugal**  
| Lina Maria M. Oliveira
- 295 O Hospital Real e a Misericórdia de Lisboa no tempo do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo**  
| Laurinda Abreu

## DA COROA À ADMINISTRAÇÃO DA MISERICÓRDIA

- 305 A Ordem de São João Evangelista (Lóios) no Hospital**  
| Nuno Falcão
- 311 Da gestão dos religiosos de São João Evangelista à administração da Misericórdia**  
| Maria Marta Lobo de Araújo
- 317 As *gentes* e o quotidiano num período de mudança: a administração da Misericórdia**  
| Rute Ramos
- 325 *Entre quatro paredes e não só*: as outras instituições no espaço do Hospital**  
| Rute Ramos
- 333 Ordens religiosas na assistência hospitalar (Arrábidos, Obregões e Camilos)**  
| Rita Mégre / Tiago Borges Lourenço

## PATRIMÓNIO E RECURSOS

- 343 A política económica do Hospital: receitas e despesas**  
| Rute Ramos
- 351 Prédios foreiros ao Hospital Real**  
| Carlos Boavida
- 357 O teatro e o financiamento do Hospital Real**  
| Silvina Pereira / Júlio Martín Fonseca

## TRATAR A ALMA E O CORPO

- 367 O Hospital Real na medicina dos séculos XVI a XVIII**  
| Adelino Cardoso
- 377 O estatuto do doente no Hospital Real e o Regimento de 1504**  
| Luís Lisboa Santos / José Subtil
- 385 Placas de identificação dos leitos nas enfermarias**  
| Alexandre Pais / Lurdes Esteves
- 389 A criação dos expostos no Hospital Real**  
| Milene Alves
- 395 A Confraria da Misericórdia de Lisboa e os sinais das crianças expostas da cidade**  
| Francisco d' Orey Manoel / Nelson Moreira Antão

## AS GENTES DO CUIDAR E DA CURA

- 403 Cargos, profissões e serviço**  
| António Pacheco
- 411 *Por achar que era gente muito limpa a elegeo por ama:* ofícios e limpeza de sangue**  
| João de Figueiróa-Rêgo
- 415 A cirurgia portuguesa na génese da atividade cirúrgica do Hospital Real**  
| Cristina Moisão
- 419 Cirurgiões, barbeiros e sangradores (séculos XVI-XVIII)**  
| Florbela Veiga Frade / Joaquim Barradas / Adelino Cardoso
- 429 Os oficiais de cura letrados e praticantes**  
| Luís Ribeiro Gonçalves
- 437 Enfermagem, enfermeiras e enfermeiros**  
| António Pacheco

## AS PRÁTICAS MÉDICO-CIRÚRGICAS

- 447 A prática médica e a alimentação nos textos portugueses da época moderna**  
| Inês Ornellas e Castro
- 455 Hortas e hortos: alimentação e botica nos séculos XVI e XVII**  
| Bruno Barreiros / Adelino Cardoso
- 463 O regime alimentar no Hospital Real no século XVIII**  
| Bruno Barreiros
- 471 Manoel Constâncio e a reestruturação da anatomia e da cirurgia em Portugal**  
| Luiz Damas Mora
- 477 A botica do Hospital Real**  
| Paula Basso
- 487 Um inventário do século XVIII da botica do Hospital Real**  
| Ana Cristina Leite
- 509 A morte no Hospital Real: testemunhos do século XVIII**  
| Sílvia Casimiro / Francisca Alves Cardoso

## HABITAR O HOSPITAL

- 519 Espaços e distinções sociais (1502-1620)**  
| Isabel dos Guimarães Sá
- 529 Vestuário, género e doença no Regimento de 1504**  
| Carla Alferes Pinto
- 537 Música no Hospital Real de Lisboa (séculos XVI-XVII): manifestação áulica, terapia ou devoção?**  
| Isabel Monteiro
- 541 As merceiras do Hospital Real (séculos XV-XVIII)**  
| Maria Teresa Avelino Pires
- 545 Cuidar dos feridos de guerra em Portugal no início da época moderna**  
| Luís Costa e Sousa
- 551 Os estrangeiros: doentes e oficiais de saúde**  
| Paulo Catarino Lopes
- 561 Os escravos no Hospital Real**  
| Jorge Fonseca

## EXISTÊNCIAS E PROVIMENTOS

- 569 Entre trastes velhos e produtos não-europeus: a cultura material do Hospital Real no século XVI**  
| Isabel dos Guimarães Sá
- 577 Os têxteis da igreja do Hospital Real no século XVI: tipologias e dinâmicas de funcionamento**  
| Maria João Ferreira
- 583 A louça de mesa no Hospital Real**  
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 591 A cerâmica utilitária no Hospital Real**  
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 601 Outros objetos dos quotidianos do Hospital Real**  
| Carlos Boavida / Inês Coutinho



- 611 A cidade de Lisboa e a luta contra as epidemias**  
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 623 Os regimentos das práticas e dos oficiais da Casa da Saúde (séculos XVI-XVIII)**  
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 635 Combate às doenças que chegavam por mar (e pelo rio!): os regimentos de 1693**  
| António Costa Canas
- 643 A Casa de São Lázaro e a assistência aos leprosos**  
| Rita Luís Sampaio da Nóvoa



## DA GESTÃO DOS RELIGIOSOS DE SÃO JOÃO EVANGELISTA À ADMINISTRAÇÃO DA MISERICÓRDIA

Maria Marta Lobo de Araújo  
Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

A singularidade do Hospital de Todos-os-Santos na Idade Moderna advém da inovação e da grandeza alcançadas, constituindo uma instituição ímpar no panorama da saúde pública nacional. No que diz respeito à sua administração, sabe-se que foi governado por provedores de nomeação régia desde o começo até 1530 e após esta data pelos padres de São João Evangelista ou Loios, passando posteriormente para a Misericórdia de Lisboa. A sua gestão deve ser analisada à luz da política da Casa Real para as instituições de assistência e, por isso, integrada numa ação política mais lata.

A administração de hospitais portugueses por esta Ordem religiosa abrange apenas algumas destas instituições e limita-se ao centro e sul do reino em termos geográficos. Todavia, nesse lote de hospitais encontram-se os de maior dimensão: o de Todos-os-Santos (1530), o do Espírito Santo de Évora (1531), o das Caldas da Rainha (1532) e o de Coimbra (1548). Como se constata, a entrega do maior hospital do reino aos Loios abriu portas para a administração destes religiosos se estender a mais alguns. D. João III entregou-lhes também o governo de outros mais pequenos: o de Nosso Senhor Jesus Cristo de Santarém, o de Santo André de Montemor-o-Novo, o do Vimieiro e o de Castanheira (Sá, 1997, p. 80).

Na sequência, o senhorio da Casa de Bragança seguiu-lhe as pegadas e a pedido do duque D. Teodósio I, a Ordem ficou responsável pela gestão dos hospitais de Arraiolos e Portel (Sá, 1997, p. 80), sendo este último o que permaneceu mais tempo sob a sua administração. Foi governado pela Ordem entre 1541 e 1834, com apenas cerca de 80 anos de interregno. Geriu-o entre 1541 e 1578, passando nesta última data para a Misericórdia local, mas uma vez mais em 1581 voltou à administração dos referidos religiosos. Posteriormente, regressou à Santa Casa, mas em 1658 D. Luísa de Gusmão determinou novamente a sua passagem para a tutela da citada Ordem, devido, entre outras a razões administrativas, às alterações nos aforamentos das propriedades (Araújo *et* Paiva, 1997, p. 139). Estes dois hospitais, tinham inicialmente sido entregues às Misericórdias das respetivas vilas, pelo duque D. Jaime (Araújo, 2003, pp. 344-345). O mesmo percurso fez o hospital de Montemor-o-Novo que transitou da tutela da Misericórdia, por Ordem de D. João III, em 1531, para a administração dos padres de São João Evangelista, mas à semelhança do de Portel, por determinação de D. Sebastião, em 1567, verificou-se o processo inverso. Esta alteração parece ter ficado a dever-se à incapacidade dos referidos padres curarem todos os doentes, nomeadamente os

portadores de doenças contagiosas e mulheres, estas últimas por questões morais. Existiam também problemas financeiros, uma vez que os Loios eram pagos pelos serviços que prestavam (Fonseca, 2004, pp. 28-30).

Já o hospital de Coimbra permaneceu um longo período sob a administração destes religiosos, mantendo-se até 1772, com exceção de um espaço curto de tempo entre 1741 e 1743. Porém, a presença dos Loios esteve debaixo de cerradas críticas desde finais de seiscentos, devido a irregularidades, compadrios e favorecimentos (Lopes, 2000, pp. 619-621). Apesar das medidas implementadas, a situação parece não se ter alterado significativamente e em 1741 foi-lhes retirada a administração, mas regressaram passados dois anos, para nele permanecerem até 1769, data em a administração do hospital transitou para o provedor da Comarca, embora os religiosos mantivessem no edifício mais três anos (Lopes, 2000, pp. 623-625).

Iniciado a construir em 1492, o Hospital de Todos-os-Santos recebeu os primeiros doentes em 1502 e apesar de estar dotado de receitas próprias, os seus primeiros provedores informavam o rei das dificuldades em prover a instituição de receitas, evidenciando a situação pensosa da sua tesouraria, em simultâneo com a incompetência demonstrada por alguns oficiais, apesar de ser governado por figuras de elevado prestígio (Pacheco, 2008, p. 69; Ramos, 2018, p. 53). As despesas eram muitas e a falta de liquidez para pagar as dívidas também, algumas delas provenientes dos gastos feitos com os enjeitados, o que constituía uma preocupação expressa pelos provedores à Casa Real de forma reiterada (Ramos, 2018, p. 54). Terá sido esta falta de controlo que levou D. João III a entregar a administração do hospital aos cónegos de São João Evangelista, na data assinalada (Pacheco, 2008, p. 69). Refira-se, aliás, que a presença de religiosos na provedoria do hospital tinha sido praticamente uma constante, dando cumprimento ao regimento de 1504 (Pacheco, 2008, p. 69). O motivo de entrega da governação aos referidos Loios estava associado à falta de caridade e higiene verificadas no tratamento dos doentes, embora outras razões motivassem esta alteração: questões de natureza religiosa que passavam pela reestruturação das pessoas afetadas a este setor e medidas de contenção da despesa terão sido também responsáveis pela mudança (Pacheco, 2008, p. 70). Talvez por, esta última razão, se justifique também pela ligação da Casa Real ao hospital, que mesmo sob a governação dos

religiosos, as decisões mais relevantes tenham sido tomadas pelo monarca (Ramos, 2018, p. 54).

Em meados de 1564, o último provedor da citada Ordem, o padre Gaspar da Assunção, solicitou ao rei escusa da exigente tarefa da administração do hospital, alegando o prejuízo causado ao funcionamento da congregação, pois nela andavam envolvidos os cónegos de “mayor talento & virtude”, cargo pouco apetecível. Mas vai mais longe ao apontar invejas movidas por seculares e interesses “dos que desejavam meter a mão em tanta copia de fazenda” (Maria, 1697, pp. 284, 286-287). O texto é muito elogioso para os referidos religiosos e faz críticas a supostos interessados, o que deve ser analisado com algumas cautelas, por se tratar do cronista da Ordem.

A argumentação pode revestir-se de alguma veracidade, mas não é totalmente real, uma vez continuarem as dificuldades financeiras sob a sua administração, com sinais de alguma permanência, o que perturbava o funcionamento da instituição, num período em que o hospital registava já um elevado número de doentes e era uma estrutura com peso. O que se torna evidente, é o desinteresse da congregação religiosa, tendo sido ela a solicitar o seu afastamento. Esta decisão levou a entrega do hospital à Misericórdia no mesmo ano, pelo cardeal D. Henrique. Três anos mais tarde foi a vez do hospital de Évora transitar também para a administração da Santa Casa local.

Segundo o cronista, pela mesma altura, os religiosos terão pedido também alívio da gestão dos hospitais da Casa de Bragança ao Duque D. João I, mas este solicitou a sua permanência (Maria, 1697, p. 287), o que sugere uma decisão da Ordem em largar estas funções, pelo menos em alguns dos hospitais que geria.

O envolvimento dos Loios na administração dos hospitais mais importantes do reino ter-lhes-á causado naturalmente algum desgaste, devido a problemas vários, que iam desde o desvio de religiosos do setor do culto para tarefas administrativas, nem sempre apreciadas e até alvo de contestação, sendo acusados de má administração (Tavares, 2009, pp. 28-29; Rodrigues, 2013, pp. 241-242; Rodrigues, 2007, p. 27), mesmo quando procuravam efetuar cobranças, embora sem resultados, aumentando e colocando em maior risco a saúde financeira da instituição (Ramos, 2018, pp. 57-58). Esta acusação aparece contestada em algumas obras, que

sublinham o bom desempenho dos religiosos no Hospital de Todos-os-Santos, com base nas alterações relevantes introduzidas aquando da criação de uma nova enfermaria destinada aos padres Capuchos e de uma outra para insanos (Abreu, 2009, p. 110), abrindo com esta última uma nova linha de atendimento a um setor da sociedade com problemas do foro mental.

A alteração de administração do Hospital de Todos-os-Santos integra “um momento chave” das Misericórdias (Xavier *et* Paiva, 2005, p. 10), que à época conheceram o mais significativo período de anexações, ocorrido durante o período da regência do cardeal D. Henrique. A análise feita por Ângela Barreto Xavier e José Pedro Paiva à documentação enviada e expedida pelo referido cardeal demonstra o pedido efetuado pela Santa Casa de Lisboa a D. Henrique e a importância conferida por este ao Hospital, mas também a “grande confiança” depositada nos irmãos da confraria. Seguindo a linha de pensamento destes historiadores, a anexação foi efetuada com ponderação e somente realizada após constatado o sucesso da integração de outros hospitais nas Misericórdias, o que atestava a sua capacidade para gerir estas instituições. Sublinham ainda o facto de o Conde de Odemira, provedor da Misericórdia, manter relações de proximidade com a Coroa (Xavier *et* Paiva, 2005, p. 10).

O Hospital de Todos-os-Santos passou por vontade da Coroa para a administração da Misericórdia de Lisboa com a salvaguarda de todas as suas rendas, privilégios e liberdades. Existe, pois, neste processo uma relação vincada entre o crescimento e consolidação das

Misericórdias, e da de Lisboa em particular, e a vontade da Coroa em dotar estas confrarias de hospitais. Em simultâneo, sublinha-se a confiança residente por parte da Casa Real em alguns destes protagonistas.

Se é verdade que no começo as rendas das Misericórdias estavam dependentes da chegada de esmolas e de outras fontes de receitas, não permanentes e limitadas, a partir de 1559 com a incorporação dos hospitais nestas confrarias a sua base de financiamento tornou-se mais vasta e densa, assim como perdurou no tempo (Abreu, 2003, pp. 10-11). Patenteia-se a vontade clara da Coroa em fortalecer as Misericórdias, dotando-as de rendimentos permanentes, o que lhes permitiu consolidar a sua posição e alargar as práticas assistenciais já em curso. Por outro lado, como defende Mário Carmona, só a Misericórdia com uma experiência mais lata proporcionava ao hospital uma administração integrada, que abrangesse para além dos doentes a criação de enjeitados e o apoio à velhice e à pobreza, pois combinava várias fontes de rendimentos (Carmona, 1954, pp. 231-232).

A transferência do Hospital de Todos-os-Santos para a Misericórdia deve, pois, ser integrada na estratégia desenhada pela Casa Real relativamente a estas confrarias, o que, aliás, também aconteceu com o hospital do Espírito Santo de Évora, em 1567. Neste hospital, os Loios mantiveram-se desde o seu início até 1551 e desta última data até 1567, sendo governado por pessoas nomeadas por D. João III e depois por D. Sebastião (Gusmão, 1958, p. 155).

---

## Bibliografia

- ABREU, Laurinda (2009) - A Misericórdia de Lisboa, o Hospital Real e os Insanos: notas para uma introdução. In *Catálogo do Museu de São João de Deus- Psiquiatria e História*. Lisboa: Editorial Hospitalidade, pp. 109-116 | ABREU, Laurinda (2003) - Misericórdias: patrimonialização e controlo social (séculos XVI-XVIII). *Ler História*, n.º 44, pp. 5-24 | ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; PAIVA, José Pedro (2007) - Introdução. In Paiva, José Pedro, coord. Cient., - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 6. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-29 | ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2003) - O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna. *Cadernos do Noroeste. Série História*, vol. 20, n.º 1-2, pp. 341-409 | CARMONA, Mário (1954) - *O Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa*. Lisboa: ed. autor | FONSECA, Jorge (2004) - *Os Hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI*. Montemor-o-Novo: Santa Casa de Montemor-o-Novo | GUSMÃO, Armando (1958) - *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora. Parte Primeira (1499-1567)*. Évora: Santa Casa da Misericórdia de Évora | LOPES, Maria Antónia (2000) - *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra 1750-1850*, vol. I. Viseu: Palimage Editores | MARIA, Francisco de Santa (1697) - *O Ceo aberto na terra. História das sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa e de S. João Evangelista em Portugal*. Lisboa: Na Oficina de Manoel Lopes Ferreyra | PACHECO, António Fernando

Bento (2008) - *De Todos-os-Santos a São José. Textos e contextos do “espiritual grande de Lisboa”*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos | RAMOS, Rute Isabel Guerreiro (2018) - *O Hospital de Todos os Santos. História, Memória e Património Arquivístico (séculos XVI-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento em História: Mudança e Continuidade num Mundo Global | (2007) - *Doença e Cura: virtude do Hospital Real das Caldas 1706-177- Elementos sociais e económicos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. dissertação de Mestrado policopiada | RODRIGUES, Lisbeth (2013) - *Os Hospitais Portugueses do Renascimento 1480-1580: o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, vol. I. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em História | TAVARES, Pedro Vilas Boas (2009) - *Os Lóios em Terras de Santa Maria. Do convento a feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira: Município de Santa Maria da Feira | SÁ, Isabel dos Guimarães (1997) - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses | XAVIER, Ângela Barreto; PAIVA, José Pedro (2005) - Introdução. In PAIVA, José Pedro, coord. Ciente - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-30.



**Pia de água benta**  
“Lióz” rosa. Oficina lisboeta  
Séc. XVII. Ermida de N.ª Sr.ª Amparo  
Alt. 64 cm; larg. 34 cm  
Praça da Figueira. Escavação 1960  
CML-CAL (HTS.60/1EA)  
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2020



**Elemento arquitetónico com cruz em relevo**  
"Lióz" rosa. Oficina lisboeta  
1623. Ermida de N.ª Sr.ª Amparo  
Alt. 64 cm; larg. 34 cm  
Praça da Figueira. Escavação 1960  
CML-CAL (HTS.60/208EA)  
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2020

